

Assembleia Geral Extraordinária da CIES Estadual-GO

**Data:** 03/04/2018 **Local:** Sala 04 **Horas:** das 08h00min às 17h.

1. **PAUTAS:** Informe sobre o fluxo de autorização de aprovação de pesquisa-científica nas unidades de saúde do Estado ( Regionais e unidades de assistência à saúde); Organização dos Fluxos de EPS-CIES Central; **Curso de Qualificação em EPS; Apresentação do Projeto de Curso de Capacitação para Conselheiros de Saúde;** Informes sobre o andamento do Projeto Itinerários do Saber; Apresentação do projeto do **curso básico de imunização para os profissionais que atuam na sala de vacinação;** Informe sobre o Seminário de EPS da Regional Centro Sul com apoio da CIES regional. Informe sobre a visita a CIR Rio Vermelho; Apresentação do **Projeto EDUCANVISA;** Apresentação do projeto de **curso das 19 comissões de integração ensino-serviço.**

### ATA

Aos três dias do mês de abril de dois mil e dezoito (03/04/2018), às 09h00min, na sala 04 na Escola Estadual de Saúde Pública "Cândido Santiago" – ESAP - Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS, aconteceu a 1ª Assembleia Extraordinária da CIES Estado-GO, com a presença dos membros da CIES Estadual e regionais, técnicos da SES, Regionais de Saúde, Superintendências da SES, SEST, da SMS, Entidades formadoras e etc. Devido ao fato da secretária executiva (eu. Soraia) estar de férias no período em que ocorreu a reunião e como a ATA é feita por transcrição de áudio e após o retorno das férias não ter condições de identificar as pessoas que se manifestaram durante a reunião apenas pela voz, será feito então, um relatório das atividades desse dia, procurando transcrever as falas identificadas por mim. A Coordenadora da CIES **Edy-Lamar** inicia a reunião fazendo o acolhimento dos presentes, agradece a presença de todos por estarem colaborando com a proposta da EP e o quanto é importante esta colaboração. Fala da colaboração do Lafaiete na reunião devido às férias da secretária executiva, explica a mudança da data da reunião devido a evento de Anápolis (tutoria), e com isso a mudança também do GT para o dia 10/04, que foi conseguido pela Lirce, porque não tínhamos tempo de fazer os encaminhamentos que saíssem daqui, de um dia para o outro. Pede desculpas pelo contratempo acontecido com o membro da CIES de Goianésia que não recebeu e-mail de mudança de data. Fala também que gostaria no final da reunião, se tiver tempo, falar um pouco sobre a tutoria. Sua frustração e saber se está acontecendo apenas com ela ou se com todos. Passa a palavra para o Lafaiete e José Antônio da ESPAP, para iniciar sua apresentação sobre o seminário de EPS da Regional Centro Sul. **Lafaiete** se apresenta como coordenador de EPS da Regional Centro Sul. Fala do seminário organizado por eles no dia 02/03/18 aqui no auditório da ESAP. Fala de quando iniciaram a mobilização em fevereiro de 2017 com a separação da CIES Central e Centro Sul, houve a necessidade de se constituir uma CIES para cada Região. Fala de como eles fizeram para fortalecer a CIES com reuniões regulares, aulas sobre EP, discussões de textos e etc. E com isso, conseguiram chegar à conclusão de fazer um seminário. Surgiu também a necessidade de constituir os núcleos de EP na região depois de uma conversa com a Janislene de Jataí, que também estava trabalhando nesse mesmo processo. Fala que conseguiram a aprovação dessa demanda junto aos secretários e iniciaram o processo de convencimento desses secretários para constituir os núcleos de EP nos seus municípios. Fala que o seminário também veio da necessidade de trazer os núcleos para discutir EP e tinha como foco alcançar esses profissionais. Até a época do seminário já haviam quinze núcleos constituídos. Tinham uma previsão de 102 vagas

e conseguiram trazer 92 pessoas que assinaram a frequência. Então conseguiram alcançar quase 100% do programado. Convidaram os professores da UFG, Cristiane Lemos, Goreth e a Edy-Lamar para as palestras. O período matutino foi feito discussões teóricas e o vespertino, oficinas. E que, o que a Escola pediu pra que eles fizessem, ele crê que alcançaram na oficina. E esses resultados serão mostrados aqui, o que foi trabalhado e construído nas oficinas. As oficinas foram divididas em quatro grupos, na composição dos grupos, consideraram uma lógica de proximidade geográfica dos municípios, e colocaram as pessoas para pensar as necessidades de EP. **José Antônio** fala um pouco de como ocorreu nas oficinas durante o seminário, das discussões ocorridas e etc. **Carla** do COSEMS parabeniza o trabalho da CIES regional Centro Sul. **Carla** fala da dificuldade de estabelecer as CIES regionais, mas que esse trabalho tem que ser feito lentamente, um trabalho de formiguinha. Fala que o seminário foi uma formação em EP. **Anna Carime** também parabeniza e pede para que eles compartilhem as informações dadas na reunião. **Tânia** CEP saúde, também parabeniza e deseja que eles se fortaleçam cada dia mais. Diz que houve algumas CIES que iniciaram os trabalhos e depois pararam, e que ela espera que isso não ocorra mais. Fala que tem certeza que se continuarem agindo assim, o próximo PAREPS vai ser mais rico, e mais perto da realidade. **Lafaiete** fala que parte do êxito do seminário se deve a equipe, que é um grupo pequeno mais qualitativamente, bem distinto e interessado, e que isso foi determinante para que o seminário acontecesse e quem sabe fazer outras coisas a mais em EP. **Edy-Lamar** também parabeniza e diz que ficou impressionada com o encantamento dos municípios e os que aqui estavam, estavam comprometidos e isso é muito importante, não vir apenas para fazer número, mas realmente participar e contribuir. Fala também que a ideia de criação dos núcleos foi muito boa e que a CIES Sul ainda não conseguiu. E que primeiro está sendo feita a criação de uma referencia em EP nos municípios, e foi colocado no plano desse ano, criar cinco núcleos, porque eles tem 12 municípios e que desses 12 eles pelo menos consigam criar cinco núcleos e também criar uma escola de saúde pública, porque já tem muitos cursos de saúde na região e temos essa pretensão, a coordenação de EP junto com a CIES estar fazendo isso para esse ano. João solicita para fazer a foto oficial. **Edy-Lamar** fala de adiantar a pauta colocando os cursos que estão em pauta na parte da manhã, passa a palavra para Tânia. **Tânia** se apresenta, faz o informe sobre o curso de Capacitação para Conselheiros de Saúde, fala da demanda reprimida em todo estado, fala que os PAREPS apontaram essa demanda, fala da ação educativa que faz parte do rol de cursos de formação inicial e continuada do CEP e de todas as escolas técnicas de saúde pública existente na rede, e Goiás é a única escola da rede que não executa esse curso permanentemente, fala do tempo exercido dos conselheiros, fala da oferta, contemplará as dezoito regiões de saúde, das etapas que serão cinco, do fortalecimento e das atribuições legais dos conselhos municipais, para que os conselheiros possam contribuir de maneira efetiva com o controle social. Fala das vagas excedentes serão oferecidas aos trabalhadores da saúde, membros da sociedade civil organizadas, integrantes dos movimentos sociais, fala das vagas, 3000 ofertadas pela ESAP e 920 vagas ofertadas pelo projeto "Itinerários do Saber" que é uma demanda descendente do MS, sem data definida, mas que será para 2019. Modalidade do curso de conselheiros será descentralizada, presenciais, fala da experiência exitosa em EaD, mas que a maioria prefere presencial e assim a escola atendeu a maioria. Carga horária aumentada de 40 para 60 horas, setenta e cinco turmas dentro das 3000 vagas, e de quarenta alunos por sala, por ser metodologia ativas e terá dois docentes por turma. Fala das propostas de realização, mas que pode ser discutida com cada região. As primeiras regiões que serão contempladas serão as regiões

sudoeste I e II, pela demanda que está oficialmente solicitada através de processo, mas todas serão contempladas com turmas. **Janislene** pergunta se as duas vão ser simultaneamente. **Tânia** responde que sim. Tânia fala do levantamento feito pelos coordenadores de EPS. **Carlos** fala que foi feito um curso na região Norte pelo MS, e solicita a possibilidade de mudar o calendário. **Tânia** fala que existe a possibilidade, mas explica que o curso de que ele está falando, na verdade é um seminário de dois dias ofertado pelo CONASS e que o conteúdo é diferente, o da ESAP será mais aprofundado. Fala das flexibilidades de dias e horários, desde que discutidos antecipadamente. Fala do recurso que é da portaria 1996, que é a portaria da EP e é destinado as escolas. **Tânia** se coloca a disposição de perguntas e dúvidas. **Carla** fala que é bom saber de uma oferta que envolve o controle social, fala das discussões anteriormente que envolve o controle social e das ofertas que envolvem o Conselho. Pergunta qual vai ser a contribuição efetiva do Conselho nessa oferta da ESAP? Fala sobre uma especialização que já existia em discussão, e de como está o andamento? Ela diz que o controle social e o Conselho tem que está alinhado e diz que como sugestão, já que vão ter dois profissionais dentro de cada sala de aula, que dentro do CES seja selecionado profissional com perfil para trabalhar como facilitador nesses cursos. Diz que é importante para o conselheiro municipal saber que vai ter alguém do CES lá. E que é importante citar a política nacional no controle social, mas que temos que lembrar que temos também uma política estadual de EPS de controle social, aprovada em 2016, salvo engano. É necessário buscar essas referencias, porque são políticas que já foram pactuadas, para sabermos o que ela traz como prerrogativa. E com ao critério de ingresso, no projeto fala, que tem que ser indicado pelo presidente, secretário do Conselho, mas as vagas remanescentes poderão ser ocupadas por outras pessoas, que não estejam de fato ainda no controle social. E se continuar constando isso, vai impedir que as pessoas participem. Então temos que pensar em tirar essa parte para não prejudicar a situação de outras pessoas. Perfil do egresso, fala de entender as fontes de financiamento do SUS e acompanhar sua aplicação no serviço público de saúde. Mas antes de entender as fontes de financiamento, de como vai ser gasto, tem que se aprender sobre planejamento. Porque o controle social tem dificuldade de ser essa voz deliberativa no que diz respeito ao planejamento. Tem que existir o momento para discutir plano municipal de saúde, etc. Fala também da matriz curricular, fala que tem que deixar claro que o conselheiro não é gestor. Carla encerra sua fala e **Tânia** diz que para vários questionamentos dela, eles já tem a resposta. **Tânia** diz que por várias vezes a Escola tentou fazer essa parceria com o CES, mas sem sucesso. E já há anos vem tentando fazer essa parceria, diz que em 2002 foi à primeira capacitação de conselheiros pelo MS e depois em 2009 houve outra. E que naquela época o CES participou bem, depois vem atropelando muita coisa. É um curso ofertado em todas as escolas técnicas, não tem intenção de formar e sim de capacitar, para que eles entendam quem é o conselheiro, qual a participação dele no controle social e isso faz parte e preocupamos muito com isso. A questão do planejamento, temos uma oficina, (um módulo) só sobre planejamento, na realidade são sete oficinas e a última que seria financiamento. A cartilha já está pronta, só vai ser formatada. O material é o mesmo do Itinerários, avaliado e validado pela FIOCRUZ. Com relação ao Conselho, a gente sabe que o conselho municipal não responde ao conselho estadual, e eles vem aqui na escola, solicita capacitação, acha necessário. Então depois de muitos anos nós retomamos essa capacitação. Fala também da questão da especialização, é uma questão além da realidade do momento e além do mais, é em longo prazo e vemos que os conselhos necessitam de algo imediato. Com relação a política estadual, foi lembrado sim, mas já havia terminado, mas já pôs emenda e será colocado no

projeto para ser apresentado no GT de educação permanente. Esse curso entrou nos 100 dias de governo, as duas regiões contempladas inicialmente, vão cobrir a proposta dos 100 dias de governo que são seiscentas certificações. Essa parte também vai satisfazer a proposta política. **Anna Carime** fala das oficinas que estão acontecendo. **Tânia** responde que já explicou anteriormente que é uma proposta diferente. **Janislene** fala que esse curso é uma solicitação dos conselheiros da região dela a muito tempo. E que é uma coisa falada sempre em todos os eventos na região sudoeste II e que deve-se chamar o CES para participar, mas se eles não quiserem, que isso não seja empecilho para não acontecer. Porque a gente ouve a necessidade da região e coloca no PAREPS e se tá no PAREPS tem que ser ofertado, porque pelo menos na região Sudoeste II foi solicitado para o CES essa capacitação e não foi atendida, e por isso foi solicitado para a Escola. **Carla** fala que apesar de não haver subordinação, existe um respeito, deve-se chamar conversar, explicar que foi pactuado, as instâncias querem, os conselheiros querem, nós vamos fazer, as instâncias querem, os conselheiros querem, foi pactuado, vamos fazer junto? E ai sim, se eles se recusarem pelo menos foi comunicado. É importante que o controle social faça parte da CIES. **Edy-Lamar** diz que é membro, mas não tem participado. **Tânia** fala que a Escola teve esse contato, a gerente foi até o CES, tentou várias vezes ter essa parceria com o conselho estadual, mas sem sucesso. Convidou para participar, mas eles se recusam a participação, eles querem ofertar um curso de especialização, não queria falar, mas a verdade é essa. O conselho Nacional disse em uma reunião em Brasília, que o conselho estadual não pode atuar em causa própria, ele não pode ofertar curso. E esse curso só pode ser ofertado pela escola. A questão dos tutores vai ser por edital, um dos requisitos é ter domínio no assunto de controle social. Em relação às vagas são bastante, nós estamos prevendo até vagas de reserva. E o conselheiro que tem esse domínio, ele pode ser tutor. Inclusive aquelas pessoas que já participaram anteriormente dos cursos passados, que já fizeram as capacitações, também pode se candidatar a ser tutor. Aqui nós temos a Tânia Laila, o Eugênio, eles tem esse domínio e quando o edital for publicado, espero contar com todos vocês. **Sirlene** do CEPS diz saber que todos os membros recebem o projeto quando vai passar na CIES para que fiquem inteirados sobre o assunto e diz que acha muito importante que demos mais enfoque e visibilidade na matriz curricular, carga horária de cada um e qual o custo do todo e qual o custo por aluno e ao que é assegurado aos participantes: alimentação, hospedagem e etc. E outra coisa a questão do edital, os professores. Trabalhar o edital e depois fazer uma oficina para esses profissionais. Ela disse que achou o tempo um pouco apertado para tudo isso. E acha que esse curso precisa estar no cronograma da escola. **Janislene** pergunta se não deveriam falar sobre consórcio para os conselheiros, porque está acontecendo essa discussão e teve até uma promotora que falou que existe muita dúvida ainda sobre consórcio público da saúde. Pergunta se existe essa possibilidade. **Tânia** diz não estar contemplado, diz que o curso de conselheiro é muito aberto, e enquanto a gente está trabalhando aparece necessidades e aparecendo; podemos ver a possibilidade. **Edy-Lamar** fala sobre o financiamento, fala que no projeto diz apenas que é financiamento da portaria 1996, mas e ai? É descentralizado, vai para as regiões, vai ser dividido em sete módulos, mais ou menos quatro semanas e ela pergunta qual será o custo disso para os municípios que sediarão o curso que é presencial, ai teremos alimentação, traslado, porque não sei quem vai fazer isso, se é o conselho, o município e etc. Qual é o custo por aluno, isso precisa ficar mais claro para a CIES. Falo sobre as contrapartidas, quem vai gastar com o que, porque quando formos levar essa proposta para a CIR, tenho que discutir com o secretário sobre isso. Isso precisa ficar claro para que nós possamos fazer essa discussão na CIR. E a

CIES precisa conhecer essa planilha financeira. **Sirlene** fala da preocupação de ficar muito aberto esse conteúdo sendo que tem que seguir o material da FIOCRUZ. **Tânia** diz que o material não é da FIOCRUZ, quem construiu foi a ESAP, a FIOCRUZ só vai validar e reproduzir. **Sirlene** fala que acredita que tem que trabalhar as questões regionais, e os profissionais que forem para determinada localidades, já irem sabendo que poderão incluir algum outro tema. **Edy-Lamar** diz que consorcio é um tema necessário para todas as regiões, mesmo para os municípios que ainda não existe o consórcio, mas pode-se iniciar um. Ela diz crer que o conteúdo deveria ser igual para todos, porque, não sabe se a Carla tem informação de existir algum mais avançado. **Sirlene** fala da questão jurídica de pagamento hora aula ao conselheiro, porque se ele não tiver vínculo, não tem como fazer o pagamento. **Tânia** diz que o material passado não foi o CEPs que passou, e que eles nem sabiam que estavam passando para todas as instâncias, que o material foi para CIB e que não sabia que a CIES também estava recebendo projetos. Nos falaram que não precisava ementa e nem questão financeira, não foi tirada a questão financeira porque não queríamos mostrar, a questão da contrapartida, alimentação, deslocamento é do município e do conselho, todas as vezes que houve curso para conselheiros foi assim. A verba do curso, vai ser para pagamento de professor, deslocamento desse professor e material. O custo por aluno, ficou muito barato em vista de outros cursos da escola, trezentos e dez reais. A proposta é quinze turmas simultaneamente, cada etapa. O que tínhamos destinado na escola para esse curso, era esse valor, então não dava realmente para fazer, mesmo a gente tendo boa vontade em oferecer alimentação, ajuda de transporte, é inviável. **Edy-Lamar** fala que pode estar claro para quem já tem conhecimento, mas a CIES precisa desses dados. Ela fala que quando a gente pede o projeto, é para que todos saibam já de antemão o assunto que será discutido e pede para todos dar uma lida nos projetos enviados. Fala que antes a CIES recebia os projetos na íntegra, mas depois passaram a vir sem as ementas e alguns sem a planilha de custos. Diz que pediram para não falar, mas que ela vai falar. Diz que a chamaram e disseram que estavam com um problema, que um projeto havia sido plagiado, mas interessante que só a CIES recebe incompleto. Bem aí pactuamos o seguinte, continuamos recebendo os projetos, mas sem as ementas, mas precisamos da planilha financeira, os passos para o curso acontecer, porque se querem tirar alguma coisa para que o curso não seja plagiado, que tire, mas precisamos conhecer o que vai passar pela CIES. A Carla só está falando e fundamentando, porque ela leu, porque quem leu também tem condições de discutir o que a Carla está discutindo aqui. **Edy-Lamar** diz que tem que se punir a CIES de alguma forma, porque ela é a discussão, os empecilhos e etc. O que foi falado é que foi plagiado, que foi vendido e que ficou parecendo que a CIES que participou dessa situação. Eu não sei ficar calada com esses assuntos, (risos). **Carla** diz que isso tem que ser colocado de forma clara, porque é de responsabilidade do município sede e dos municípios que estavam encaminhando, e já de antemão ela assegura que o município não pode arcar com alimentação. Ele só pode arcar, se o servidor for vinculado ao município. Porque nos instrumento de planejamento ele não der a ordenamento destinado ao controle social, se ele não tem recurso destinada para isso, ele não pode pagar. É improbidade administrativa, como o município vai pagar para alguém que não tem vínculo. Transporte é mais tranquilo, embora eles possam dizer que não tem. Alimentação é inviável, o gestor não pode pagar isso. **Tânia** fala que se isso não for discutido e acertado frente a frente com os interessados pelo curso, ele não vai acontecer, porque isso já é definido, a ESAP, não tem como pagar. **Carla** diz que estão induzindo o município a pagar. **Tânia** diz que não induziu nada, eles que precisam resolver se vai pagar, porque o que vamos falar é que a ESAP não tem

como fazer. **Ruth** fala que pensou que o curso era em EaD. **Tânia** fala que a regional mais o município que vão resolver onde será a sede do curso. Inicia uma discussão generalizada sobre a localização da sede dos cursos. **Tânia** fala que é subentendido quando se fala da parceria do município. A ESAP só vai dizer que não tem como pagar, alimentação e condução. Cada particularidade será discutido separadamente, agora se acontecer de alguém achar que não tem como fazer o curso devido a distância, do município ou o conselho assumir a questão financeira de deslocamento e alimentação, não faz o curso. Fala da falta de divulgação etc. Diz que será feito igual no curso "Itinerários do Saber", se pergunta, quer o curso? Se a resposta for não ou sim, pede para documentar. Não queremos o curso, ou vou ter condição de assumir isso e isso e etc. Manda um ofício para a regional, porque depois eles falam assim; "A escola faz uma ação e não tem como ser concretizada". Esse perfil a escola tem há muitos anos, a gente faz uma oferta de cursos, mas sempre tem uma contrapartida, era chamado até de convênio entre escola e município. Diz saber que o dinheiro que tem não é suficiente para fazer todo atendimento. Sabe-se que o fato de ter alimentação, transporte e outros gastos, os privilégios não são para todos. Vamos fazer acontecer de uma forma que depois não sejam acusados de não fazer a divulgação necessária, de não consultar o conselho, do conselho não ter sido atendido porque falhou a divulgação na região. A questão de valores, gastos e etc., é fácil para a escola, porque está tudo no projeto. **Tânia** fala que não existe necessidade de esconder. **Edy-Lamar** diz que não é questão de esconder, é questão de saber os passos que vão dar. **Tânia** diz achar difícil discutir ementas com áreas que não são técnicas, porque existe sugestões que não são viáveis. **Tânia** fala que discutir ementa não é trabalho pra se fazer em instância. **Eugênio** fala da retomada do curso presencial, é um avanço, fala do nível de escolaridade dos conselheiros, fala da metodologia ativa e etc. Fala dos conselhos atuantes, faz algumas observações em relação as contrapartidas. Diz que o conselho não está solto, ele é parte do executivo, e também, para um conselho ter qualidade, precisa no mínimo de dezesseis pessoas, oito titulares e oito suplentes em cada município, dois municípios, já são trinta e seis conselheiros no mínimo e assim não dá para juntar muitas turmas. **Tânia** diz que tem município que apenas ele já contempla uma turma. **Eugênio** diz que se colocar três municípios, já dá mais de cinquenta pessoas em uma turma, e isso é inviável. **Anna Carime** fala da preparação dos facilitadores em metodologias ativas. Porque quando se usa metodologias ativas, acaba discutindo a realidade das pessoas. Por mais que tenha uma ementa única, se consegue atender a realidade de cada local. **João** fala da operacionalização, será discutido na hora certa e que não precisa ficar angustiados por isso agora. Pede também que as pessoas que tem alguma sugestão, que enviasse para o CEPsaúde. **Edy-Lamar** fala da preocupação de não acontecer o que aconteceu na planificação. **João** fala que as pessoas que tem algum apontamento, que passe por escrito para o CEPsaúde. **Edy-Lamar** fala que a preocupação dela é não acontecer o que aconteceu com o agente da planificação, (vamos fazer, tem que fazer) nós sugerimos, adequo, mas não aconteceu, porque é planejamento de governo e não adianta discutir e vai ter que acontecer e pronto. E agora mais uma vez é planejamento de governo. **Tânia** fala que não, apenas quinhentas certificação. **Edy-Lamar** fala que quinhentas está dentro do planejamento de governo, duas mil e quinhentas não, mas vai acontecer tudo junto. **Tânia** fala que as primeiras turmas já estão pactuadas. **Edy-Lamar** diz que gostaria de ver a situação financeira, para que lá na frente a gente não ficasse frustrado porque não aconteceu, o gestor está chateado e aí fala pra gente que está mais próximo um monte de coisa. Todo mundo passa por isso. Fala de um homem que chama André que não deixa nada passar com facilidade por ele. Nós vamos ser

sabatinado, vamos ter que ter argumento, então vamos recomendar a planilha financeira, que o CEPsaude leve para o GT de EPS a planilha, apontando as responsabilidades de quem é, e depois vai pra CIB e lá eles já vão aprovar sabendo o que está acontecendo. **Tânia** fala que pode até fazer uma alteração na planilha, dizendo que o curso vai ter que ter adesão do município e do conselho. Assim como fizemos com o caminho do cuidado, porque aí, não tem a questão de apontar o dedo pra ninguém. Não apontar o dedo na questão de financiamento total, na questão de não divulgação por parte da regional. Isso é uma técnica que já estamos adotando no CEP, já ha algum tempo. Porque a gente se ressalva. **Tânia** pergunta se essa alteração é válida? Todos concordam. **Edy-Lamar** fala do encaminhamento para CIB: Planilha financeira, sugestão do consórcio, responsabilização para a preparação dos facilitadores para que eles estejam sensíveis às demandas das regiões. **Edy-Lamar** encerra a pauta e passa para a outra pauta com itinerários do saber. Fala do eixo saúde mental a maioria das pessoas que aqui estão participaram conosco desse processo. Pedem que fiquem aguardando a segunda etapa. Fecharam a primeira etapa eram duas mil e setecentas vagas em EaD e duzentas vagas presenciais. Essas vagas foram ultrapassadas, hoje temos quase cinco mil vagas no total. Diz estar aguardando pra ver se vai contemplar todas agora. Já estão com cinco turmas em EaD, já iniciadas. Três começaram ontem e duas semana passada, é o curso aperfeiçoamento de saúde mental, quem ainda não começou, fique tranquilo é gradativo. Fala do curso segurança do paciente. Fala que vai ofertar para auxiliares e técnicos. Lembra que o CEPsaude é nível técnico e área de enfermagem a parte de nível superior tem outro projeto que não faz parte do itinerários mas que também vai ser ofertado. Os cursos são de sessenta horas, mas o de unidade hospitalar vai ser em módulos, dois módulos porque o assunto é mais complexo, temos que tratar do núcleo de segurança do paciente. Fala dos cursos aleitamento materno e o cuidado do recém nascido que já está aprovado dentro do itinerários, para técnico e auxiliar de enfermagem. A adesão vai ser de acordo com a necessidade. **Carla** pede para **Tânia** repetir os eixos. **Tânia fala:** saúde mental, segurança do paciente, acolhimento, vigilância em saúde. **Edy-Lamar** pergunta se tem alguma novidade para o curso técnico de enfermagem para ACS? **Tânia** fala que o curso do PROFACS é a menina dos olhos do ministro e que já tem uma reunião marcada com a SPAIS/Associação dos ACS, COSEMS, e o que sair dessa reunião é para levar para o secretário, o secretário agora é o presidente do CONASS, e como presidente do CONASS ele quer que o curso seja realizado. Particularmente, ela diz ser contra. **Carla** diz que também é contra chamar a associação. **Tânia** diz que precisamos ter o máximo de argumento para convencer. **Carla** diz que precisamos resolver dentro de casa primeiro, para depois envolver os de fora. **Tânia** fala que acredita que a reunião não vai ser improdutiva. **Anna Carime** pede a **Tânia** para tirar uma dúvida. Diz que a **Tânia** falou que seria 2018/2019, pergunta se existe pelo menos um cronograma, porque no momento ela está falando como município, porque é muita coisa para organizar. Ela diz que o melhor seria se tivesse uma programação, pois tem muita coisa para acontecer, para que possa ter noção do que vai conseguir aderir ou não em cada ano. **Tânia** fala que como é demanda descendente, eles mandam e a gente oferta. **Carla** pergunta se essa apresentação é apenas para a CIES ou vai para outras Instâncias. **Tânia** responde que só vai para informe em outras Instância quando for liberado pelo MS. Pede para as contribuições sejam enviadas para o João. **Edy-Lamar** pergunta se tem mais algum questionamento, não havendo, segue com a pauta. Passa a palavra para **Maristela** para que ela apresente o **EDUCANVISA**. **Zuleika** inicia sua apresentação falando que é enfermeira da gerencia de imunizações e redes frio da **SUVISA**, estamos com um curso básico de

qualificação e imunização para profissionais que atuam na sala de vacinação do Estado de Goiás. Diz ser uma proposta de um projeto piloto para esse ano de 2018. Nos últimos anos ele entrou no calendário anual de vacinação e hoje nos temos uma oferta muito grande nas salas de vacinação, temos dezenove imunobiológicos de rotina que imunizam contra doenças e agravos para erradicar e controlar essas doenças. Essa demanda surgiu devido à necessidade dos municípios devido a rotatividade de troca de servidores. Curso de quarenta horas, para haver certificação, porque os cursos que oferecemos nas regionais são de trinta e nove e não dá certificação para essas pessoas. Fala da resolução 197 da ANVISA que fala dos estabelecimentos de vacinação públicos e privados, agora também em farmácias e que esses profissionais sejam capacitados. E com isso foi mais uma necessidade da imunização capacitar esse público. A vacinação, controla e erradica doenças que antes eram presentes, como a pólio que foi erradicada em 99 a rubéola em 2015 e esses são avanços muito significativos que a vacinação trás para saúde pública. Fala da ampliação do calendário, desde o programa nacional de imunização. E como temos dezenove imunobiológicos, temos cada um com sua particularidade, data de validade diferente, tempo de abertura de frascos diferenciados, forma de administração, local de administração, armazenamento, conservação, transporte e etc. Isso tudo interfere numa vacinação segura para a população. Da vacinação ao descarte implica numa vacinação segura e quando isso não é bem executado podem ocorrer problemas. Fala dos erros de imunização confirmados em 2015, e uma diminuição em 2016 e 2017, e isso mostra que as capacitações estão ajudando na diminuição desses erros. Esses erros comprometem a eficácia e a eficiência da sala de vacina. Fala da meta de 2017 de 95% de cobertura e da baixa cobertura que tem ocorrido. Fala do não atingimento de metas no Estado de Goiás. Fala da ampliação do alcance da vacinação. Fala da meta do curso de quarenta profissionais, do aproveitamento, do critério de ingresso, fala da metodologia, presencial. Duas turmas de vinte alunos. Fala dos componentes curricular, fala da avaliação, cronograma de execução, dos editais, fala pretende pactuar para o ano que vem também porque se pretende que em 2019 sejam dois cursos, um no primeiro semestre e outro no segundo, fala da certificação pela ESAP, fala da fonte financiadora, do valor total do curso e do valor por aluno. Maristella termina sua apresentação e passa a palavra para **Edy-Lamar** que pergunta quem se inscreve para as perguntas. **Liliane** pergunta se já tem regiões definidas para iniciar o curso. **Zuleika** diz que não será por região, vai ser para todos que estão em sala de vacinação em todo Estado de Goiás. Não será por Região. **Liliane** lê um trecho do projeto que fala das inscrições. **Zuleika** fala que vai haver uma comissão para avaliar esses inscritos. Fala que o município de Goiânia é o que tem mais profissionais que atuam a menos de oito meses em sala de vacinação e mesmo assim ele não tem muitos. Fala que já estão fazendo esse levantamento. Fala que é uma coisa nova, com capacitação com certificação de quarenta horas. **Carla** – COSEMS fala que teria muita coisa para falar, mas que vai procurar ser breve devido à quantidade de pessoas que querem falar. A primeira pergunta é: foi feito o levantamento da demanda, para saber quantos profissionais existem? Isso tem que aparecer no projeto. Quarenta vagas é a mesma coisa que não ofertar. Fala que deve ter um cronograma para minimamente atender a todas as regiões e todos os municípios. Vocês vão ser bombardeadas se esse curso passar para as outras instâncias dessa forma que está. Segunda: Se é de fato um curso piloto, se as regionais teriam condições de serem facilitadores em um curso como esse na região. Se é piloto, teria que ser para a regional de saúde. O profissional da rede de frio. Ser ele a pessoa que está confiante e monitorando seus municípios para identificar esses profissionais. Fala que deveria ter uma resolução CIR normatizando essas salas de



vacinas e as pessoas que darão o curso. Fala dos objetivos específicos que são mais gerências que operacionais. Fala da importância de sensibilizar a questão do registro. O registro que aparece como perfil do egresso, tem que aparecer como objetivo específico. Ele é mais importante para esse público alvo, que avaliar indicador. Terceiro: Quando fala das quarenta vagas, fala do curso centralizado aqui em Goiânia, porque o custo desse aluno é alto, porque o que pesa é hospedagem e que talvez se esse curso for descentralizado, lá no território, favorece o gestor liberar o servidor, abrange mais pessoas e diminui os recursos, porque não vai precisar de hospedagem. A gente tem que entender que não é o nível central que tem que dar conta do município, e sim a regional de saúde. Quarta: Fala de vídeos aulas gravadas, porque a ESAP já tem condições de fazer vídeos aulas curtas de dez a quinze minutos e disponibiliza. É uma ferramenta que o técnico terá disponível quando tiver alguma dúvida. **Zuleika** fala que será simulado nas aulas. **Carla** diz que não aparece isso no projeto. **Zuleika** diz que isso não tem que aparecer no projeto. E precisamos de turmas pequenas para ter um bom aproveitamento. Fala da grande rotatividade dos profissionais que ocorre nas sala de vacina. A gente capacita e treina aquele profissional, quando ele fica bom, coloca um que não sabe nada. **Carla** propõe levar para CIR a discussão do por que tem tantos problemas adversos em sala de vacina. **Eugênio** diz que seja qual for o motivo tem que corrigir essa estatística. Diz que até para questão de vagas, tem que ser através da regional, não pode ser superintendência direto com município, porque a regional tem mais intimidade com a sua região. **Edy-Lamar** assumi a palavra e diz que precisa adequar o curso para a necessidade. **Júlia Rinaldi** fala que quarenta profissionais qualificados é pouco para a demanda, só para região sudoeste I são quatorze. O critério de ingresso está bem confuso, sudoeste II fica sem nenhum, porque não está escrito aqui no projeto, então não sei como ficaria. Fala também do objetivo específico de avaliar e analisar os indicadores isso ela achou que deve ser feito com a rede frio na regional. **Anna Carime** diz que deve ser colocado no projeto como serão organizadas essas quarenta vagas, porque se a comissão que vai definir, não pode ser sem critério nenhum essa distribuição e deve constar no projeto. Deve ficar mais claro que é um projeto piloto, mas que vai ter continuidade. Especificar isso no projeto. A questão da equipe pequena que foi mencionado aqui, deve existir pessoas nos municípios que pode ajudar nisso. Buscar parcerias com os municípios. **Ruth** fala que na regional dela a Rio vermelho aconteceu um curso de uma semana de sala de vacina. **Tânia Laila** Oeste II fala que tem um pouquinho de conhecimento nessa área porque já foi facilitadora de vários cursos de sala de vacina. Antes a ESAP emitiu certificado, o curso continuou de 40 horas, ai passou a ser 39 sem certificação, e ela pergunta o que mudou se tudo está exatamente igual ao anterior. Não era apenas a regional ministrando o curso, sempre havia alguém da SUVISA ministrando. Havia parcerias com os municípios e inclusive já teve momentos de parcerias até na impressão do material. Fala que o calendário de vacinação tem mudado sempre. Fala que na sua regional, sai uma equipe, entra outra eles fazem atualização. Uma oficina de oito horas. Diz que a necessidade deles é grande porque tem muitos técnicos aposentando. A gente pergunta quem é o responsável pela sala de vacina, ninguém fala, todos falam que não sabem. Diz concordar com a Carla na questão de capacitar multiplicadores. Diz ter condição de capacitar alguma enfermeira para ser multiplicadora. Fala que o curso é perfeito, mas muito a desejar com a quantidade de vagas. Pelo menos dois de cada região, porque ai seriam 36 multiplicadores. **Ruth** torna a falar que teve um curso da SUVISA na região dela. **Zuleika** diz que é parecido com esse mesmo, mas não emite certificação porque é de trinta e nove horas. **Fernanda** da uma sugestão em relação às vagas. Diz que pela norma da escola pode ter

até quarenta e dois alunos por sala. Diz que na planilha financeira pareceu ser dois professores por sala de aula. **Zuleika** diz que não, apenas um professor por sala. Diz serem oito professores porque são vários módulos. **Fernanda** fala que se dobrassem as vagas seria o ideal. **Edy-Lamar** diz que está entendendo os anseios de todos, mas uma coisa chamou a atenção dela enquanto CIES, a questão da avaliação. Esse profissional não pode ser avaliado assim. Fala também da frequência de noventa por cento. **Zuleika** fala que foi a escola que solicitou que colocasse assim. **Fernanda** fala que quem vai receber a certificação será quem tiver noventa por cento de frequência, mas isso não quer dizer que o aluno tenha que ser avaliado durante o processo educativo. **Zuleika** torna a dizer que foi a orientação que receberam da escola. **Fernanda** fala que não é uma obrigação, mas uma orientação. **José Antônio** diz que o RH de aparecida não aceita a certificação se não tiver avaliação. **Carla** fala que a avaliação tem que ser oportunizada na devolutiva. Porque a nota por si só não motiva. E mais uma vez ela fala da importância do profissional da regional de saúde, porque se lá na regional também tem técnicos que não foram bem avaliados. **Edy-Lamar** fala que diante de tantas recomendações, ela sugere que o projeto não seja encaminhado para próxima instância que é o GT de EPS. Que volte para a adequação e após voltar na CIES, aí sim ele seja aprovado para CIB. Porque a próxima instância é dia 10 e não dá tempo de vocês aprimorarem o projeto para atender todas essas recomendações. Fala que entende que o curso é muito necessário, mas que precisa de aperfeiçoar. **Sirlene** fala que acha tudo isso que foi colocado aqui é importantíssimo, e com isso vamos ver a forma que podemos trabalhar nesse projeto. Faz a votação referente a aprovação do projeto, todos concordam que deve voltar para adequações. **João** fala que o Eugênio vai apresentar o item seis, da organização do fluxo de EPS da CIES Central, e passa a palavra para o Eugênio. **Eugênio** inicia a apresentação se apresentando, e fala do esforço para tentar contribuir com as coordenações de EPS, do que da CIES. Fala da coordenação de EPS ser fundamental para alavancar os trabalhos na região. Fala do fluxo das demandas, e fala que poderá estar socializando para todos caso queiram. Mostra no Power point as demandas recebidas dos municípios da região, do MS e das superintendências em especial da SEST-SUS. Nós somos atores principal das demandas da SEST. A coordenação de EPS, conversa com todas as outras coordenações. Fala da classificação das demandas. Explica todo o fluxo da coordenação de EPS da regional central. Fala dos arquivos de editais. Explica a forma de contribuição da coordenação com a CIR e CIES. **Tânia Laila** pergunta se o papel do coordenador é o de pegar situação já acontecendo e terminar de fazer o trabalho, ou de participar de todo contexto? Diz que acontecem situações de não saber de nada do curso, não participar das discussões, aí na hora de conferir as matrículas, jogam no nosso colo, sendo que não temos o acesso ao FORMSUS. **Ruth** fala que na regional Rio Vermelho acontece o mesmo. Teve um curso que tiraram uma hora para não certificar, mas terá cinco dias de curso. Absurdo. **Tânia Laila** fala que precisa ver isso também aqui na escola, porque não ficamos apenas 8 horas em sala de aula, acabamos ficando mais. E até trinta e nove horas declaração e após quarenta horas certificação. **Aurélio** explica que menos de quarenta horas é considerado evento. Evento nem faz parte da ESAP, são setores diferentes. Eventos pertence a GASCAR que não é escola é a parte administrativa da SEST. O que acontece é que no evento, não tem uma intervenção pedagógica, são geralmente oficinas. O curso demanda planejamento de setores técnicos da ESAP para definir as características pedagógicas de curso. Tem todo o processo técnico e pedagógico em um projeto de curso. Curso é verba da EPS, FUNGESP, eventos tem verba própria para eventos e o curso tem que passar na CIES, na CIB para aprovação. O curso leva pelo menos sessenta dias para concluir todo

procedimento com termino do projeto, passar nas instâncias, editas e etc. **Edy-Lamar** fala que essas atitudes das outras coordenações depende muito do coordenador geral da regional. Ela diz ter tido um fala com a Magda da GERNACE, pra saber de que forma a GERNACE vai fazer essa integração, porque somos o EPS das regionais e vamos entrar em todos os cursos para colaborar e ajudar. Precisamos saber como ela vai promover essa integração das coordenações de EPS e as outras porque eles não querem passar isso para EPS. Diz que na regional dela a dificuldade é com a SUVISA, as coisas chegam e quando ela fica sabendo já esta acontecendo. Se o coordenador geral não tiver essa visão de EPS, de quando a demanda chegar ele distribuir para o lugar certo, porque depende dele fazer o encaminhamento dessa demanda. **Tânia Laila** fala que não dá para passar tudo também, porque senão precisaríamos da sub coordenação para nos ajudar. Na minha regional nunca tivemos problemas, porque eu sempre estive envolvida com todas as áreas. O problema é a logística da coisa, conferencia de diário, inscrições. **Janislene** fala de dois eventos ao mesmo tempo não tem como dar suporte e que ela tem muita dificuldade com os coordenadores das outras áreas. **Eugênio** fala que o fluxo é justamente para identificar o lugar do EPS na regional. Precisamos saber como nós vamos nos organizar para dar conta das demandas que chegam de tantos lugares. **Edy-Lamar** fala que se não se organizarem para mostrar que precisam de uma subcoordenação não vão dar conta. Primeiro diz que tem de trabalhar muito para mostrar que precisam. Talvez a gente não consiga a sub, mas podemos conseguir colaboradores pra nos ajudar dentro da regional. **Edy-Lamar** fala do fortalecimento da CIES nas regiões e como cobrar essa secretaria executiva da regional. Porque a CIES Estadual é apoiada pela SEST SUS, e as CIES Regionais? A portaria fala do apoio logístico da SEST a CIES. E quem faz isso nas regiões? Não temos documento ainda na regional para dizer que a CIES regional é apoiada pela regional de saúde. Até para a gente fazer uma viagem e usar o carro a regional não tem respaldo. Temos uma resolução CIB instituindo a CIES regional, mas nada mais. **Aurélio** fala que o vínculo da CIES Regional e de uma região não necessariamente com a sede da regional de saúde daquele local. Quem tem que dar o apoio para CIES na região é a CIR e os municípios. Tem que ser um acordo na CIR e definir isso. **Edy-Lamar** diz que a CIR está apoiada pela regional, a secretaria executiva e o secretário da CIR fica na regional e é um servidor da regional. Então quem pé o secretário executivo da CIES regional? Temos que documentar isso. **Aurélio** fala que se for para definir isso, tem que ser com a GERNACE. **Eugênio** diz que no âmbito na região de saúde em EPS o colegiado maior é a CIES, mas em questão de instância maior é a CIES, é claro que em decisões de gestão é a CIR. A assembleia da CIES é soberana, deliberou na nossa assembleia por exemplo que a indicação da secretária executiva da CIES a prerrogativa é da coordenação geral da Regional, com votação e anuência da CIES em assembleia. Fazemos isso de estar dialogando com todos. **Janislene** diz que a eleição da secretaria executiva da CIES na região dela foi dentro da CIR. **Edy-Lamar** fala que quando essa eleição foi de um servidor que não é SERVIDOR do estado, como vai ser, como fica a CIES se não vamos ter o apoio em lugar nenhum. Se nem a CIR não tem um espaço dela. Quando a gente faz essa eleição sem a prévia indicação para apenas a aprovação, qualquer um pode ser eleito, um servidor lá do município longe, e ai como faz? Essa comissão vai trabalhar onde? Quando nos pedimos o cargo de coordenador e sub para o estado, foi para poder amarrar em documento, que esse sub coordenador de EPS seria o secretário executivo da CIES. E isso está em documento para o secretário e não aconteceu o cargo de sub. Porque se sair da nossa mão perdemos o controle e não sabemos para onde vai. Perdemos totalmente o controle, porque não temos apoio logístico e os outros apoios necessários, papel, computador, alimentação

viagem e etc. Quantas ligações fazemos da CIES dentro da regional? Quando nós pensamos na função e cargo, foi pensado tudo isso. Precisamos de um documento onde diz que esse apoio é da regional. Precisamos documentar isso. **Eugênio** fala da organização para construir a oficina regional de EPS dia 11, demanda da GESAP. Fala das regionais regiões que não estão tão pequenas. Fala nas oportunidades de ampliar a discussão em EPS. Pensamos em microrregiões. Seis oficinas microrregionais mais algumas no âmbito de Goiânia. Oferece para cada município todo material. Eugênio fala também das solicitações de ajuda da Rio Vermelho e da São Patrício que não puderam ser atendidas uma devido a liberação de carro e combustível e a outra foi desmarcada. **Ruth** fala que desmarcou porque quer uma reunião com os gestores presente e por isso desmarcou. E também porque quer fazer essa integração também com o administrativo da regional. **Edy-Lamar** fala das subcoordenações da CIES e que para essas visitas nas regiões, a escola oferece o carro, mas para nós que somos das regionais, temos que vir para Goiânia e pegar o carro na escola. Então pensamos em deixar essas viagens para os meninos de Goiânia. Mas para não buscar conflito com a liberação das regiões, fica complicado. **João** assume a palavra e passa para o Aurélio. **Aurélio** fala que foi pedido pela Elza de Rio Verde, que fosse apresentado o fluxo de pesquisa da SES. É um regulamento sobre pesquisa científica que aconteçam no âmbito das unidades de secretaria Estadual de saúde, a regional é uma unidade administrativa, só se aplica quando a pesquisa é feita nas regionais. Fala que no site da SES tem todas as informações. Mostra como achar os dados. Fala do link na página que mostra o passo a passo. Explica todos os trâmites do fluxo. Isso não vale para os municípios, não vale para nenhum outro órgão ou entidade, esses entram por outro fluxo. Fala do arquivo mais detalhado no site, para orientar dentro da plataforma. Fala que em alguns casos, terá que ter parecer dos dois comitês, da Universidade e da SEST-SUS. Primeiro do proponente e depois para o coparticipante. Cada comitê leva em média trinta dias. Pelo fluxo das unidades é mais rápido. Fala que as explicações mais detalhadas estão na página da SEST-SUS. **Edy-Lamar** pergunta em relação a uma pesquisa específica, **Aurélio** diz que vai passar ainda no comitê de ética semana que vem. Aurélio agradece, pergunta se tem alguma pergunta e então devolve a palavra para a Edy-Lamar. **Edy-Lamar** passa a palavra para a Adriana falar sobre o curso da CIES. Fala que está com a incumbência de tocar o projeto de qualificação dos membros da CIES. Fala que tem doze anos que eles tentam dar início a esse projeto. Fala que o projeto já passou por vários crivos aqui da escola. Fala o porquê foi elaborado esse projeto. Fala do PAREPS e que esse projeto foi elaborado para solucionar a problemática do PAREPS. Pensando nessa elaboração do PAREPS, que todo município terá que ter o plano de ação, é que foi pensado esse projeto. Fala do objetivo geral que é qualificar todos os profissionais que atuam no quadrilátero que abrange a CIES. Fala que alguns não sabem o que significa, Fala da elaboração de estatutos, regimentos e que quando pensamos nesses documentos, pensamos no quadrilátero: Gestores estaduais e municipais e/ou de seus representantes; II - Trabalhadores do SUS e/ou de suas entidades representativas; III - Instituições de ensino com cursos na área da saúde, por meio de seus distintos segmentos; e IV - Movimentos sociais ligados à gestão das políticas públicas de saúde e do controle social no SUS. Foi pensando nesse quadrilátero que pensamos em definir algumas vagas. Diz que algumas instituições formadoras de alguns municípios, não sabem nem o que CIES, mas precisam ajudar na elaboração do COAPS. E foi pensando nelas que deixamos algumas vagas reservadas, desde que passem pelo processo seletivo da Escola. Fala também que alguns conselhos, gestores, não sabem o que é CIES, então também terão vagas oferecidas a eles. Fala da meta de qualificar trezentos e cinquenta profissionais de nível

médio e superior que atuem como membros das dezenove CIES sendo Estadual e regional. Mostra o quadro de vagas. As vagas deverão ser remanejadas caso não seja preenchidas em alguma região. Fala das vagas destinadas as coordenações das regionais. **Edy-Lamar** questiona as vagas que serão destinadas as instituições formadoras que estão fora dos membros da CIES. **Adriana** defende falando que, se eu tenho duas instituições formadora que já estão dentro da CIES, mas tenho outras duas na minha região que estão formando pessoas na área da saúde e não sabem nada sobre EPS. **José Antônio** fala que pode ter alguma que não participa da CIES, mas podem ser incluídas nessas vagas extra. Ele fala que em Aparecida de Goiânia mesmo tem Instituição formadora que precisa entender desse assunto e não se propuseram a participar ainda da CIES. **Janislene** diz que concorda com essas vagas. **Madalena** fala que essas vagas não estão perdidas, se elas não forem preenchidas, poderá ser remanejadas. **João** fala que realmente é pertinente. Fala da metodologia em EaD, carga horária de oitenta horas, dez turmas, totalizando trinta e cinco alunos por turma, com total de trezentos e cinquenta alunos na plataforma MOODLE na ESAP em ambiente virtual, com no mínimo dez horas semanais para desenvolver as atividades. **Eugênio** pergunta se foram retirados todos os presenciais. **Adriana** diz que tirou porque ia ficar muito caro. E para atingir a quantidade de alunos que foi pensado inicialmente, teria que ser totalmente em EaD. Fala do componente curricular, Explica como será cada módulos etc. Fala do cronograma do curso, da elaboração, aprovação nas instâncias, construção e abertura de edital, oficinas para os conteudista, revisão do material didático, oficina para tutores, inscrição do alunos e homologação e inicio do curso em dezoito de setembro e conclusão em novembro. Fala da planilha de custos, valor total do curso de 54,480reais e valor por aluno 155,66 reais. **Edy-Lamar** fala da verba que existia em 2017, destinada a esse curso que seria cento e poucos mil e o tanto que diminuiu por ser em EaD. **Adriana** fala que ficou muito em conta para um curso de oitenta horas. **João** fala que o curso a distância fica muito mais barato porque não tem hospedagem, nem alimentação. **Adriana** fala que as oficinas são para treinar os conteudista e tutores que vão operar com os alunos no decorrer do curso. **João** fala que os material didático em EaD também é muito diferente do presencial. **Adriana** fala da certificação que será da Escola, fala que para estar aptos a certificação, precisa ter setenta e cinco por cento de presença na plataforma e setenta de nota mínima. **Eugênio** fala que a maior carga horária do curso é sobre o PAREPS, e que deveria distribuir mais esse conteúdo porque vão começar oficinas da escola para construção do plano e isso acaba sendo concorrente. **João** fala que a gente nunca pode ficar esperando uma coisa para fazer outra, são coisas que podem caminhar paralelamente. **Adriana** fala que algumas particularidades do conteúdo, vai ter que ser discutido com os conteudista. Ela fala que para problematização de cada município e depois trazer para a maior que é a região, diz que pensou que precisaria de um período maior. Lembrando da construção do PAREPS dos anos anteriores. Fala também que não pode comparar a bagagem dele (Eugênio) de EPS dos anos que ele trabalha com isso, com as pessoas que não sabem nada. **Eugênio** pergunta quantas horas são as oficinas. **Edy-Lamar** diz que são dezesseis na região e depois a da escola. **Madalena** fala que acha que as oficinas não vai dar a bagagem necessária como um curso de oitenta horas. Mesmo por que as oficinas começam agora e só vão acrescentar. **João** fala que não pode comparar uma oficina com um curso dessa natureza. Oficina é algo rápido, esse curso é mais detalhado. **José Antônio** diz que não pode comparar construção do plano, com uma metodologia de construção. **Edy-Lamar** fala que quando foi pensado o curso, foi idealizado um conhecimento a mais para os membros da CIES, um conhecimento de EPS, da política, construção de plano. Ele já

deveria ter acontecido, mas ficou atrasado devido a burocratização, aí surgiu a questão do coordenador de EPS, a escola pede para que aguarde e seja inserido esses coordenadores nas vagas do curso, vem essa solicitação para aproveitar o curso para eles, visto que o público seria os membros, mas aí ganhamos esses coordenadores também para a CIES, aí hoje já surge a questão do recurso que saiu do MS para construção desse plano. **Adriana** diz que perguntou se já saiu algo novo do MS para que pudéssemos colocar no curso, mas ainda não. **Edy-Lamar** fala que capacitar esses coordenadores de EPS hoje para a escola é imprescindível, porque eles estão meio perdidos na função, cada um trabalhando do seu jeito. Esses coordenadores estarão inseridos aqui, mas não com a mesma dimensão das oficinas que eles vão participar. Nas oficinas eles só vão entender do que se trata a função, no curso eles vão saber o que é realmente EPS. **João** fala que não podemos criar expectativas que esse curso vai sanar todas as dúvidas existentes. Sempre vamos ter de discutir esse assunto essa política. **Adriana** fala que a modalidade EaD já é uma prática na saúde que está dando ótimos frutos. Eugênio fala que esse negócio de plataforma já tá um pouco superado, que precisamos dar cursos online, trabalhar mais nessa modalidade. **José Antônio** diz que oficinas garante um produto, mas não garante formação. **Madalena** diz no cronograma da ESAP, as oficinas vão até novembro. **João** fala do mecanismo da aprendizagem. Quanto mais melhor, cada vez que me aproximar dessa temática mais eu aprendo. **Edy-Lamar** fala da proposta de buscar a representação de EPS de cada regional. Isso é importantíssimo. Passa para o gestor indicar esse profissional para as oficinas porque nós vamos precisar dele. Faz tudo documentado, assim como eu fiz na SUL. Esse documento trás todas as portarias, decretos relacionados a EPS. **Janislene** pergunta se não seria bom cada coordenador ir na CIR falar sobre isso. **Edy-Lamar** fala que claro que pode, mas documentar é importante. **Edy-Lamar** termina as pautas, agradece a presença de todos e nada mais havendo acrescentar, encerra-se a reunião, feita a leitura da Ata que vai por mim assinada seguida pelos demais participantes da Assembleia.

*Soraia Guimarães*

Soraia Guimarães

*Fernando R. G. Falero*

*[Signature]*

*João Batista Aparecida de Azevedo*

*Madalena de Azevedo*

*Julia Quatrin D. Rinaldi*

*Ella Rosa de Costa*

*Conceição Antunes*

*Filomena dos Santos*

*Edy-Lamar Borges de Jesus e Sousa*

*Carla Leite Pacheco de Aguiar*